

Educação Alimentar e Nutricional no exercício profissional do nutricionista atuante no Programa Nacional de Alimentação Escolar: um panorama brasileiro

Food and nutrition education in the professional exercise of nutritionists in the National School Food Program: a Brazilian overview

Géssica Mercia Almeida¹
Simoni Urbano Silva²
Gabriela Benevides Soares¹
Nicolly Patrícia Gregório¹
Lucilene Maria Sousa¹
Estelamaris Tronco Monego¹

¹ Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Nutrição, Departamento de Nutrição. Goiânia, GO, Brasil.

² Universidade Federal de Goiás, Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação. Goiânia, GO, Brasil.

Correspondência / Correspondence
Géssica Mercia de Almeida
E-mail: gessicamercia@gmail.com

Resumo

Estudo nacional que objetivou caracterizar o perfil de nutricionistas do Programa Nacional de Alimentação Escolar e analisar as ações de educação alimentar e nutricional realizadas, bem como os fatores que motivam e dificultam a realização dessas práticas. Pesquisa exploratória, quali-quantitativa, realizada por meio de entrevista telefônica com 388 nutricionistas (etapa quantitativa) e presencial com 55 nutricionistas (etapa qualitativa). A análise dos dados foi descritiva e as informações qualitativas foram analisadas por meio do Discurso do Sujeito Coletivo. O perfil dos nutricionistas indica atuação no programa há menos de um ano (32,5%) e vínculo por concurso público (55,7%); 87,9% dos municípios não atendem aos parâmetros numéricos de profissional por alunado conforme a legislação, mas em sua maioria são realizadas ações de educação alimentar e nutricional (85,1%). Essas ações são predominantemente palestras (72,5%), e com frequência semestral nas escolas e creches (38,8% e 40,1%, respectivamente). A formação de hábitos alimentares saudáveis e a aceitabilidade da alimentação escolar são fatores que estimulam a realização da educação alimentar e nutricional. Os discursos expressam dificuldades como falta de tempo, de condições de trabalho, de profissionais e de formação sobre o tema; baixa articulação do tema “alimentação e nutrição” no currículo escolar; falta de sensibilização da comunidade escolar; e não reconhecimento da alimentação como direito.

Palavras-chave: Alimentação escolar. Nutricionista. Educação alimentar e nutricional. Política pública.

Abstract

A national study that aimed to characterize the nutritionist profile in the National School Food Program (NSFP) and analyze food and nutrition education (FNE) actions, as well as the factors that motivate and make these practices difficult. Exploratory, qualitative-quantitative research conducted through telephone interview with 388 nutritionists (quantitative stage) and in person with 55 nutritionists (qualitative stage). Data are descriptively presented, and qualitative information was analyzed by the Discourse of the Collective Subject. The profile indicates that nutritionists have been acting in NSFP for less than a year (32.5%) and have a public bond (55.7%); 87.9% of the municipalities do not meet the numerical parameters of nutritionists by students according to the legislation, however, most of them have FNE actions (85.1%). These actions are developed predominantly by lectures (72.5%), with semiannually frequency (38.8% in schools and 40.1% in kindergartens). The development of healthy eating habits and school food acceptability stimulate FNE. The discourses express difficulties such as lack of time, work conditions, professionals and training of subject; low FNE articulation at the school curriculum; incipient awareness of the school community and non-recognition of food as a right.

Keywords: School food. Nutritionists. Food and nutrition education. Public policy.

Introdução

A educação alimentar e nutricional (EAN) é uma importante estratégia para a promoção da saúde e a segurança alimentar e nutricional (SAN).¹ No Brasil, representa um dos eixos de atuação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na perspectiva da adoção voluntária de práticas alimentares saudáveis, de forma a favorecer a autonomia, a aprendizagem, bem como a saúde e qualidade de vida dos alunos.^{2,3}

O PNAE é política pública que visa oferecer alimentação escolar a estudantes da educação básica de escolas públicas, filantrópicas e comunitárias brasileiras.^{2,4} Criado em 1955, é considerado o mais antigo e abrangente programa na área de Alimentação e Nutrição do país, tendo dentre seus objetivos contribuir para o desenvolvimento biopsicossocial, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio da oferta de refeições e ações de educação alimentar e nutricional.^{4,5}

O nutricionista é o responsável técnico do programa e tem dentre suas atribuições a coordenação e execução das ações de EAN.³ Entretanto, a escassez de um referencial teórico-metodológico que subsidie essas práticas no contexto escolar é um desafio.⁶ Evidenciam-se algumas lacunas, desde a superficialidade da formação do nutricionista quanto a este campo de atuação, como também ações pautadas no modelo biomédico de intervenção, com desarticulação entre teoria e prática, e deficiente em abordagens pedagógicas problematizadoras.⁷⁻¹⁰

No entanto, algumas iniciativas no Brasil têm avançado, no sentido de consolidar a EAN como uma ação governamental. A criação do Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas configura-se como avanço na construção de um campo comum de reflexão e orientação prática da EAN, indicando caminhos para qualificação da agenda de Alimentação e Nutrição favorecedora da intersetorialidade dessas ações.¹

A escola, enquanto espaço social, é ambiente propício para o desenvolvimento da EAN.¹¹ Segundo o marco legal do PNAE,^{2,3} espera-se que a EAN no ambiente escolar seja transversal, contínua, multiprofissional e que dinamize o Projeto Político-Pedagógico das escolas, utilizando o alimento como ferramenta pedagógica.

Os estudos sobre a EAN no âmbito do PNAE são recentes e apresentam diferenças quanto ao conteúdo. A maioria utiliza metodologia epidemiológica de intervenção, avaliando o impacto da EAN no consumo de alimentos e/ou nas mudanças no perfil antropométrico dos escolares antes e após intervenção.⁶ São escassos os estudos que avaliam as ações de EAN realizadas, os fatores que facilitam e dificultam a promoção dessas práticas na escola, bem como o papel do nutricionista nesse processo.^{12,13}

Assim o presente estudo, com representatividade nacional, objetiva caracterizar o perfil do nutricionista atuante no PNAE, e analisar as ações de EAN no programa; traçando um panorama das cinco regiões brasileiras sobre as abordagens educativas utilizadas e os fatores que motivam e dificultam a realização dessas práticas.

Métodos

Trata-se de estudo exploratório, de abordagem quali-quantitativa, cujos dados são oriundos da pesquisa “Ações de educação alimentar e nutricional no Programa Nacional de Alimentação Escolar”, desenvolvida pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal de Goiás, financiada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

A pesquisa foi composta por uma etapa quantitativa e outra qualitativa, executadas de forma consecutiva, entre abril de 2012 e novembro de 2013. Seus fundamentos metodológicos pautaram-se na triangulação que articula métodos quantitativos e qualitativos. O uso desta abordagem apoia-se na combinação de perspectivas, teorias, métodos e técnicas de pesquisa, que aumentam o grau de proximidade com o objeto na medida em que os campos são explorados.¹⁴

Amostragem

A população do estudo incluiu nutricionistas e gestores da alimentação escolar dos 5.565 municípios¹⁵ brasileiros existentes na fase inicial da pesquisa. A amostragem probabilística considerou como parâmetros a totalidade de municípios, estimativa de 50% de ocorrência de EAN,¹⁶ intervalo de confiança de 95% e erro de estimativa amostral de 5%. A amostra mínima calculada para garantir representatividade nacional foi de 359 municípios, estipulando-se como amostra a abrangência de 10% dos municípios, ou seja, 556 municípios, distribuídos proporcionalmente nas regiões e estados brasileiros.

A etapa qualitativa incluiu municípios que realizavam ações de EAN, segundo a etapa quantitativa, abrangendo, segundo amostragem por conveniência, as 26 capitais e o Distrito Federal, além de 30 municípios distribuídos aleatoriamente nos estados. Como duas capitais relataram não realizar EAN na etapa quantitativa, foram incluídas 25 capitais e 32 municípios, totalizando uma amostra de 57 municípios.

Etapas da pesquisa e coleta de dados

Na etapa quantitativa, a coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas telefônicas, com questionário estruturado previamente testado em estudo piloto. Foi direcionada prioritariamente ao nutricionista da alimentação escolar e, na sua ausência, ao gestor local do PNAE, coordenador da alimentação escolar ou secretário municipal de Educação.

No presente estudo, foram incluídos somente municípios nos quais o nutricionista foi o ator entrevistado na etapa quantitativa. Em cada município, houve no máximo dez tentativas de contato, em dias e horários alternados, sendo entrevistado um profissional por município. A entrevista não mencionava opções de respostas aos entrevistados. Para o controle de qualidade das informações, o conteúdo das entrevistas foi gravado. As variáveis quantitativas incluíram: a) caracterização do exercício profissional do nutricionista: tempo de atuação em anos (≤ 1 ano; >1 ano a ≤ 2 anos; >2 anos a ≤ 5 anos; > 5 anos), tipo de vínculo empregatício (concursado e não concursado), horas de trabalho (<30 ou ≥ 30 horas por semana), dedicação a outros setores da prefeitura além da alimentação escolar (sim ou não), identificação dos setores de atuação (saúde ou outros), presença

de outro nutricionista no quadro técnico do PNAE (sim ou não), adequação da quantidade de nutricionistas no quadro técnico (sim ou não); b) realização das ações de EAN (sim ou não); c) ações de EAN realizadas; d) frequência das ações de EAN (mensal, semestral, anual ou não sabe); e) inclusão da EAN no projeto político-pedagógico (sim ou não). O entrevistado poderia citar mais de uma opção de resposta para as variáveis, com exceção das dicotômicas.

O cálculo de adequação da quantidade de nutricionistas por município, segundo a Resolução nº 465/2010¹⁷ do Conselho Federal de Nutricionistas, utilizou dados do Censo Escolar 2011, documento mais atual referente ao ano da pesquisa.

Na etapa qualitativa, foi entrevistado presencialmente o nutricionista do município, utilizando-se roteiro semiestruturado e gravador. O instrumento de coleta foi avaliado em estudo piloto com dois municípios que não participaram da amostra. Para conhecer a compreensão dos nutricionistas sobre as facilidades e os desafios da EAN no contexto escolar, perguntou-se: quais fatores motivam a realização das ações de EAN? E quais são as dificuldades encontradas para a execução das ações EAN?

Análise dos dados

Os dados quantitativos foram duplamente digitados no *software* Epi-info 3.5.4 e analisados no *Data Analysis and Statistical Software* (Stata) SE®, versão 12.0. Os resultados descritivos foram expressos em frequência e porcentagem.

As informações qualitativas foram analisadas à luz da teoria da representação social de Moscovici.¹⁸ As entrevistas gravadas e posteriormente transformadas em arquivos de áudio mp3 foram transcritas. Por meio da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), os discursos em estado bruto foram submetidos a análise utilizando o *software* Qualiquantisoft®. Assim, para a construção dos discursos, utilizaram-se as seguintes figuras metodológicas: *expressões-chave (ECHs)*, que são pedaços, trechos ou transcrições literais do discurso, que devem ser destacadas pelo pesquisador e que revelam a essência do depoimento; *ideias centrais (ICs)*, que são nomes ou expressões linguísticas que revelam e descrevem de maneira mais sintética, precisa e fidedigna possível, o sentido de cada um dos discursos brutos analisados e de cada conjunto homogêneo de ECHs; e *Ancoragem (AC)*, que é a manifestação linguística explícita de uma dada teoria, ou ideologia, ou crença que o autor do discurso professa e que está sendo usada pelo enunciador para enquadrar uma situação específica.¹⁹

A técnica do Discurso do Sujeito Coletivo desenvolvida para pesquisas de opinião social, visa apurar a concepção de uma dada coletividade a partir de depoimentos coletados. O discurso favorece o resgate de pensamentos, valores e crenças individualmente internalizados via discurso. Esse discurso-síntese é composto pelas expressões-chave que têm a mesma ideia central, ou seja, é uma forma de fazer a coletividade falar diretamente por meio de um discurso.¹⁹

Aspectos Éticos

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, protocolos 276/2011 na etapa quantitativa e 034/2013 na etapa qualitativa.

Na etapa quantitativa, por tratar-se de entrevista telefônica, o consentimento livre e esclarecido foi substituído pelo consentimento verbal obtido no contato telefônico com os entrevistados, devidamente gravado. Na qualitativa, os secretários municipais de Educação assinaram o Termo de Anuência de participação. Além disso, os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados e Discussão

Considerando as perdas e recusas na etapa quantitativa, e excluindo-se 49 municípios onde o nutricionista não foi o profissional entrevistado, permaneceram no estudo 388 municípios, distribuídos de forma aleatória e representativa entre as regiões, sendo: 7,5% (n=29) dos municípios pertencentes à Região Norte; 30,9% (n=120) ao Nordeste; 29,6% (n=115) ao Sudeste; 23,7% (n=92) ao Sul; e 8,2% (n=32) ao Centro-Oeste. No cálculo do Intervalo de Confiança Proporcional da Amostra, as perdas não comprometeram o universo estudado e a amostra satisfaz a proporcionalidade por região brasileira.

Na etapa qualitativa, por sua vez, houve recusa de participação em dois municípios. Desta forma, as informações qualitativas foram coletadas em 55 municípios, contemplando todos os estados e regiões.

Dos 388 nutricionistas entrevistados na etapa quantitativa, 32,5% (n=126) atuavam no PNAE há menos que um ano, sendo as regiões Sul (n=34; 37,0%) e Centro-Oeste (n=12; 37,5%) as que apresentaram maior percentual de nutricionistas com atuação maior ou igual a cinco anos. Na amostra total, mais da metade dos nutricionistas eram concursados (n=216), porém no Nordeste 65,9% (n=79) dos participantes mencionaram outro vínculo empregatício (Tabela 1).

Tabela 1. Caracterização do exercício profissional do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar, Brasil e Regiões federativas (n=388), 2013

Variáveis	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste		Brasil	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Tempo de atuação												
Até 1 ano	5	17,2	60	50,0	39	33,9	14	15,2	8	25,0	126	32,5
1 a 2 anos	5	17,2	11	9,2	11	9,6	15	16,3	4	12,5	46	11,8
2 a 5 anos	11	38,0	30	25,0	34	29,6	29	31,5	8	25,0	112	28,9
>5 anos	7	24,2	17	14,2	29	25,2	34	37,0	12	37,5	99	25,5
Não sabe	1	3,4	2	1,6	2	1,7	0	0,0	0	0,0	5	1,3
Total	29	100,0	120	100,0	115	100,0	92	100,0	32	100,0	388	100,0
Tipo de vínculo empregatício												
Concursado	17	58,6	40	33,3	70	60,9	72	78,2	17	53,1	216	55,7
Não concursado	11	38,0	79	65,9	44	38,3	19	20,6	15	46,9	168	43,3
Não sabe	1	3,4	1	0,8	1	0,8	1	1,2	0	0,0	4	1,0
Total	29	100,0	120	100,0	115	100,0	92	100,0	32	100,0	388	100,0
Carga horária de trabalho												
<30 horas/semana	9	31,0	54	45,0	38	33,0	44	47,8	11	34,4	156	40,2
≥30 horas/semana	20	69,0	66	55,0	77	67,0	48	52,2	21	65,6	232	59,8
Total	29	100,0	120	100,0	115	100,0	92	100,0	32	100,0	388	100,0

continua

Variáveis	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste		Brasil	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Dedicação em outros setores da Prefeitura												
Sim	6	20,7	22	18,3	27	23,5	29	31,5	8	25,0	92	23,7
Não	23	79,3	98	81,7	88	76,5	63	68,5	24	75,0	296	76,3
Total	29	100,0	120	100,0	115	100,0	92	100,0	32	100,0	388	100,0
Se sim: Saúde ^a												
Sim	5	83,3	19	86,4	24	88,9	28	96,6	6	75,0	82	89,1
Não	1	16,7	3	13,6	3	11,1	1	3,4	2	25,0	10	10,9
Total	6	100,0	22	100,0	27	100,0	29	100,0	8	100,0	92	100,0
Se sim: Outros setores ^a												
Sim	3	50,0	3	13,6	3	11,1	5	17,2	2	25,0	16	17,4
Não	3	50,0	19	86,4	24	88,9	24	82,8	6	75,0	76	82,6
Total	6	100,0	22	100,0	27	100,0	29	100,0	8	100,0	92	100,0
Presença de outros nutricionistas no PNAE												
Sim	8	27,6	22	18,4	24	20,9	16	17,4	7	21,9	77	19,9
Não	21	72,4	97	80,8	88	76,5	76	82,6	25	78,1	307	79,1
Não sabe	0	0,0	1	0,8	3	2,6	0	0,0	0	0,0	4	1,0
Total	29	100,0	120	100,0	115	100,0	92	100,0	32	100,0	388	100,0

continua

Variáveis	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste		Brasil	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Quantidade preconizada de nutricionistas no QT segundo a Resolução nº 465 de 2010 ^c												
Sim	0	0,0	5	4,2	11	9,6	26	28,3	5	15,6	47	12,1
Não	29	100,0	115	95,8	104	90,4	66	71,7	27	84,4	341	87,9
Total	29	100,0	120	100,0	115	100,0	92	100,0	32	100,0	388	100,0

QT: quadro técnico; PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar; EAN: educação alimentar e nutricional.

^aValores calculados sobre o total que manifestaram se dedicar a outras atividades.

^bValores calculados sobre o total que manifestou presença de outro nutricionista no QT do PNAE.

^cAdequação segundo recomendação da Resolução nº 465/2010 do Conselho Federal de Nutricionistas

A institucionalização do nutricionista no PNAE iniciou-se pela Lei nº 8.913/1994,²⁰ e se concretizou com a Resolução do CD/FNDE nº 32/2006,²¹ que estabeleceu o nutricionista como responsável técnico. Segundo Chaves et al.,²² existe desigualdade na distribuição dos profissionais entre as regiões, mas o maior tempo de atuação pode ser um indicativo do aumento gradativo da inserção do nutricionista no PNAE, uma vez que de 2003 a 2011, o percentual de municípios brasileiros com esse profissional no programa cresceu de 12% para 79%.

Pesquisa desenvolvida com 171 nutricionistas constatou que o PNAE representa o primeiro emprego para 30% dos profissionais,²³ o que pode respaldar a informação de que no Brasil a maioria dos profissionais atua no PNAE há menos de um ano. Quanto ao vínculo empregatício, Mello et al.²⁴ observaram que 65% dos nutricionistas do PNAE da Região Nordeste eram concursados, resultado que difere do presente estudo.

Em relação à carga horária de trabalho dos nutricionistas, 59,8% relataram ser esta maior ou igual a 30 horas semanais, variando de 52,2% na Região Sul a 69,0% no Norte do país. Dos entrevistados, 23,7% (n=92) se dedicam a outros setores da prefeitura, principalmente a Saúde (n=82, 89,1%).

Os parâmetros numéricos mínimos de nutricionistas por entidade executora indicam que 87,9% (n=341) dos municípios não atendem ao preconizado pela legislação, sendo que na Região Norte, nenhum município contempla a relação profissional/número de alunos (Tabela 1).

Conforme preconizado pelo Conselho Federal de Nutricionistas,¹⁷ a carga horária mínima recomendada do responsável técnico é de 30 horas por semana. Levando-se em consideração a complexidade e a quantidade de atribuições inerentes ao responsável, a inadequação da carga horária, bem como da quantidade de nutricionistas no quadro técnico, pode influenciar a execução das ações preconizadas.

Estudo realizado na Região Sul constatou que 54,3% dos nutricionistas executam uma carga horária igual ou superior a 30 horas semanais e 26,7% atuam em outras secretarias do município.²⁵ Evidenciou ainda que 81,9% dos responsáveis técnicos trabalham sozinhos, uma vez que as entidades executoras não atendem aos parâmetros mínimos de profissionais por número de alunos. Souza et al.,²⁶ ao avaliarem 77 municípios de Minas Gerais e Espírito Santo, observaram que 82% dos municípios apresentavam mais de 500 alunos, mas apenas 53,9% deles relataram a existência de quadro técnico.

No presente estudo, relatos dos nutricionistas indicam que 85,1% (n=330) dos municípios realizam ações de EAN nas escolas e creches, com frequência maior na Região Sul, 94,6% (n=87); e menor na Região Nordeste, 79,2% (n=95) (tabela 2). Dos municípios que realizam as ações de EAN, em 92,4% (n=305) os entrevistados informaram quais as ações desenvolvidas, de forma mais frequente as palestras, com 72,5% (n=221), e atividades lúdicas (jogos, brincadeiras e teatros), 57,4% (n=175). A frequência de palestras foi maior na Região Norte e de atividades lúdicas, no Sudeste.

Tabela 2. Ações de Educação Alimentar e Nutricional do Programa Nacional de Alimentação Escolar, Brasil e regiões federativas (n=388), 2013

Variáveis	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste		Brasil	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Realiza ações de EAN (n=388) ^a												
Sim	25	86,2	95	79,2	95	82,6	87	94,6	28	87,5	330	85,1
Não	4	13,8	25	20,8	20	17,4	5	5,4	4	12,5	58	14,9
Total	29	100	120	100	115	100	92	100	32	100	388	100
Ação de EAN realizadas nas escolas e creches (n=305) ^b												
Palestras	21	91,3	73	83,9	54	62,8	53	63,9	20	76,9	221	72,5
Atividades lúdicas	8	34,8	49	56,3	59	68,6	45	54,2	14	53,8	175	57,4
Oficina de arte culinária	4	17,4	21	24,1	29	33,7	33	39,8	5	19,2	92	30,2
Hortas Escolares	6	26,1	15	17,2	15	17,4	22	26,5	5	19,2	63	20,7
Eventos	7	30,4	13	14,9	15	17,4	13	15,7	8	30,8	56	18,4
Formação da comunidade escolar	5	21,7	18	20,7	10	11,6	9	10,8	1	3,8	43	14,1
Elaboração de murais	1	4,3	4	4,6	5	5,8	8	9,6	5	19,2	23	7,5
Informativos e/ou reuniões com os pais	3	13,0	10	11,5	6	7,0	3	3,6	1	3,8	23	7,5
Outras ações	0	0	6	6,9	7	8,1	5	6,0	3	11,5	21	6,9
Outras respostas												

continua

Variáveis	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste		Brasil	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Citou os recursos educacionais e/ou os temas	4	17,4	10	11,5	19	22,1	29	34,9	8	30,8	70	23,0
Citou as atribuições do nutricionista	6	26,0	17	19,5	8	9,3	9	10,8	5	19,2	45	14,7
Frequência das ações de EAN realizadas nas escolas (n=330) ^c												
Mensal (1 vez ou mais no mês)	8	32,0	28	29,5	36	37,9	19	21,9	6	21,4	97	29,4
Semestral (1 vez no semestre)	10	40,0	35	36,8	31	32,6	38	43,7	14	50,0	128	38,8
Anual (1 vez no ano)	6	24,0	10	10,5	7	7,4	13	14,9	4	14,3	40	12,1
Não sabe	1	4,0	22	23,2	21	22,1	17	19,5	4	14,3	65	19,7
Total	25	100	95	100	95	100	87	100	28	100	330	100
Frequência das ações de EAN realizadas nas creches (n=262) ^d												
Mensal (1 vez ou mais no mês)	7	35,0	26	32,5	28	40,6	20	28,2	4	18,2	85	32,4
Semestral (1 vez no semestre)	6	30,0	34	42,5	24	34,8	31	43,6	10	45,4	105	40,1
Anual (1 vez no ano)	6	30,0	2	2,5	3	4,3	11	15,5	4	18,2	26	9,9
Não sabe	1	5,0	18	22,5	14	20,3	9	12,7	4	18,4	46	17,6
Total	20	100	80	100	69	100	71	100	22	100	262	100

continua

Variáveis	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste		Brasil	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Inserção da EAN no Projeto Político-Pedagógico (n=330) ^c												
Sim	8	32,0	33	34,7	43	45,3	41	47,1	13	46,4	138	41,8
Não	10	40,0	37	39,0	37	38,9	37	42,6	8	28,6	129	39,1
Não sabe	7	28,0	25	26,3	15	15,8	9	10,3	7	25,0	63	19,1
Total	25	100	95	100	95	100	87	100	28	100	330	100

EAN: Educação Alimentar e Nutricional.

^a Equivale ao n total da amostra.

^b O n refere-se aos municípios que realizam ações de EAN e souberam citar as ações. Essa variável permitia ao entrevistado relatar mais de uma opção de resposta, portanto o total não somará 100 %.

^c O n refere-se ao total de municípios que realizam ações de EAN.

^d O n refere-se aos municípios que realizam ações de EAN. O n das creches difere do n das escolas, porque em alguns municípios, as ações eram desenvolvidas apenas nas escolas.

Nota: Atividades lúdicas: jogos, brincadeiras, teatros; **comunidade escolar:** professores, diretores, coordenadores pedagógicos, conselheiros de alimentação escolar e/ou manipuladores de alimentos; **outras ações:** acompanhamento individualizado e/ou orientação nutricional, passeios a supermercados e feiras de alimentos, projetos e programas de obesidade e alimentação saudável, articulação com projetos de outros setores.

Foram também citadas as oficinas de arte culinária (n=33; 39,8%) e as hortas escolares (n=22; 26,5%), com maior frequência na Região Sul; e eventos envolvendo a semana da alimentação e feira de Ciências, com destaque nas regiões Centro-Oeste (30,8%; n=8) e Norte (30,4%; n=7).

De forma equivocada, alguns nutricionistas mencionaram como ação de EAN os recursos educacionais e/ou o tema trabalhado (n=70; 23,0%), ou ainda outras atribuições junto ao programa, com destaque para a avaliação antropométrica (n=45; 14,7%).

Outros estudos apresentaram resultados distintos quanto à realização das ações de EAN. Mello et al.²⁴ observaram que na Região Nordeste, apenas 33,8% dos municípios realizaram frequentemente essas atividades. Belik & Chaim¹⁶ observaram que 50% dos municípios brasileiros realizavam EAN no ambiente escolar. Na Região Sul, e percentuais mais expressivos foram encontrados por Corrêa et al.²⁵ e Souza et al.,²⁶ onde 66,2% e 90,5% dos municípios, respectivamente, realizam ações de EAN no PNAE.

Nesta pesquisa foram observadas disparidades entre as regiões Sul e Nordeste, no que diz respeito à realização das ações de EAN, supondo-se estar associadas às desigualdades socioeconômicas entre as regiões, com impacto em diversas áreas, incluindo a educação.²⁷

Os desdobramentos dessas iniquidades entre as regiões brasileiras repercutem, por exemplo, no descumprimento da obrigatoriedade de contratação do nutricionista como responsável técnico do programa em alguns municípios,¹³ refletindo discrepâncias na distribuição dos profissionais, com percentual menor no Norte (59,4%) e maior no Sul (84,5%).²²

A utilização de palestras como principal estratégia de EAN nas escolas e creches corrobora estudo²⁵ no qual esta abordagem mostrou predominância. Uma crítica a esse modelo considera que se trata, em sua maioria, de metodologia nos moldes da educação tradicional, sem dialogicidade e que pressupõe uma visão estratificada das relações sociais, culturais, econômicas e psicológicas na qual o indivíduo está inserido, privilegiando o enfoque biológico da alimentação.^{9,11}

No presente estudo, a utilização de oficina de arte culinária e da horta escolar como estratégia de EAN representa práticas que oportunizam, além do contato sensorial com os alimentos, a criatividade e vivência de valores, sentimentos e experiências sobre alimentação, saúde e cultura.²⁸ A interação entre o cozinhar e o cultivar, considera o alimento uma referência nessas ações, valoriza o consumo de alimentos locais e regionais,^{29,30} incorpora o lúdico ao processo de aprendizagem e favorece a reflexão, a iniciativa, e a associação da brincadeira com a realidade.¹

Ao serem questionados sobre a periodicidade das ações de EAN nas escolas e creches, predominou a frequência semestral (n=128, 38,8%) e (n=105, 40,1%), respectivamente. A exceção foi a Região Sudeste, onde tanto nas escolas (n=36; 37,9%) quanto nas creches (n=28; 40,6%), a frequência mensal teve destaque (tabela 2).

Dados semelhantes foram encontrados em pesquisa com 670 municípios brasileiros, onde as ações de EAN eram desenvolvidas com frequência anual ou semestral.¹⁶ Ao observar na literatura o tempo de duração das intervenções de EAN, tanto no Brasil³¹ como em outros países,^{32,33} elas é muitas vezes limitadas em semanas e em meses.

Estudo realizado por Ramos et al.⁶ constatou que nas publicações científicas brasileiras no campo da EAN, os desenhos metodológicos dos estudos concentram-se nos aspectos epidemiológicos de intervenção, os quais apresentam como limitação metodologias com curto tempo entre a intervenção e a avaliação.

Mediante a escassez de referencial teórico-metodológico que subsidie as práticas de EAN, observa-se uma concepção obsoleta deste tema, em que o conhecimento é algo transmitido e a aprendizagem um acúmulo de informações.⁹

Nesse estudo, os discursos revelam ser motivo para o desenvolvimento das ações de EAN no ambiente escolar a formação de hábitos alimentares saudáveis.

A educação nutricional a gente tem cada vez mais percebido que é um instrumento, a ferramenta pra gente mudar hábitos e mais importante, inserir hábitos saudáveis. O fato de ver as crianças mudando os hábitos, de o professor dizer: ah não, tal criança era daquele jeito, mas tá mudando não traz mais o lanche, come o da escola né. [...] A gente vê que as crianças precisam daquela orientação, precisam da alimentação saudável, então dá vontade da gente seguir e seguir, persistir, nunca desistir”.

Para Bourdieu,³⁴ os indivíduos transformam seus *habitus* em hábitos, ou seja, o *habitus* é o que foi adquirido e incorporado sob a forma de disposições, é um capital que faz com que os indivíduos reproduzam as condições sociais de sua própria produção, de forma inata. O hábito alimentar é uma construção social, que revela cultura, valores e identidades.³⁵

A escola é legitimamente reconhecida como *lôcus* de aprendizagem,; ssim torna-se socialmente uma extensão do lar-casa, que a princípio deve sustentar e estimular o consumo de hábitos alimentares saudáveis.³⁶ Segundo Paiva et al.,³⁶ para os alunos “comida boa é ruim, e besteira é boa”, cabendo à escola aproximá-los ao *habitus* do comer na rua, tendo os sentidos do diferente, da novidade e do divertido.

Motivações relacionadas à importância da escola no aprendizado e o quanto as ações educativas podem favorecer a aceitação da alimentação escolar emergiram nos discursos.

Então, a escola é um lugar de aprendizado, e como tal, a gente tem que potencializar isso. Os alunos na hora do intervalo não quererem alimentação escolar que é fornecida, deles quererem comprar no vendedor ambulante refrigerante, salgados, cheetos, pipoca e a questão também deles trazerem de casa ou os pais deixar esses alimentos que não são saudáveis. [...] Ah o resultado né, vê as crianças realmente consumindo a salada, fruta, se divertindo com isso, levando pra casa. [...] a satisfação de ver que o cardápio tá sendo bem aceito. Um cardápio que foi montado pensando neles”.

Quanto à aceitabilidade da alimentação escolar, de acordo com Silva et al.,³⁷ os alunos que participam de atividades de EAN apresentam aceitação 1,87 vezes maior da alimentação escolar. Paiva et al.,³⁶ em estudo qualitativo sobre o tema, por sua vez, observaram uma aversão a preparações quentes no recreio, e percepção dos alunos sobre a alimentação escolar remetendo a expressões como: “Falam tanto da nossa saúde e não colocam uma fruta”, “Colocam mais massa que fruta”, “Eu acho que se dessem... frutas uma vez no mês... os alunos se interessavam mais na merenda da escola do que nas merendas quem vem de fora” (p. 2509).

Outro fator que demonstrou motivar o desenvolvimento da EAN, foi o fato das ações educativas serem uma atribuição do nutricionista.

“É uma das atribuições do profissional nutricionista né? Acho que a própria legislação, ela já estabelece isso. É uma obrigação, a própria lei do PNAE trata isso que foi colocado. O que me incentiva mesmo é pelo trabalho, porque eu busco isso, eu acho importante, não só porque é exigido né? Eu faço porque eu gosto, porque eu me formei para isso e a gente sabe que tem que fazer”.

Considerando a legislação vigente, compete ao nutricionista coordenar e realizar, em conjunto com a direção da escola e a coordenação pedagógica, ações de EAN. Portanto, para que a EAN seja uma prática transformadora e permanente, necessita-se também da formação de parcerias com outros setores, e da articulação como a direção e professores das escolas.¹⁻³

Os atores sociais da escola precisam reconhecer a importância de sua atuação nas ações, o que implica informação e orientação qualificada para abordar esse tema. O nutricionista, como responsável técnico do programa, precisa sensibilizar e possibilitar essa formação em EAN, de forma ativa e com o uso de metodologias inovadoras. Entretanto, estudos com esse público mostram incipiência dessas práticas; sobreposição do nutricionista aos outros profissionais, e o próprio nutricionista possui uma ideia errônea de “descentralização de poder”, que gera falta de comunicação e dificuldade de percepção da importância do “outro”.^{38,39}

Para oportunizar a socialização desses saberes na escola, o PNAE preconiza a inclusão da EAN no projeto político pedagógico das escolas e creches. A inserção do tema “alimentação e nutrição” no currículo escolar possibilita a formulação de um mecanismo democrático de organização das ações educativas no espaço pedagógico e amplia a percepção e leitura desse tema por parte dos estudantes.^{2,3}

A inserção da EAN no currículo das escolas e das creches no presente estudo mostrou que em 41,8% (n=138) dos municípios que realizam ações de EAN os nutricionistas afirmaram que os temas “alimentação e nutrição” são trabalhados no currículo escolar. As frequências mais baixas mantiveram-se nas regiões Norte (n=8; 32%) e Nordeste (n=33; 34,7%), segundo o tabela 2). A EAN é abordada nas Ciências (n=64; 91,4%), Matemática (n=30; 77,8%), Português (n=22;

31,4%) e Educação Física, (n=11;15,7%). Outras disciplinas, como Geografia, História, Artes e Língua Estrangeira, foram mencionadas, porém com frequências abaixo de 10,0% (dados não apresentados em tabela).

As dificuldades mencionadas pelos nutricionistas na execução das práticas de EAN sinalizaram também obstáculos com relação à inclusão da EAN no currículo escolar, bem como a importância da formação dos professores.

Tem a dificuldade do currículo escolar né? Os professores também, alguns não tem abertura de inserir, preferem passar o conteúdo de forma vamos dizer que tradicional, sem querer inserir algum assunto na disciplina [...]. Se por um lado dá uma possibilidade muito grande por ser transversal, por outro tem que ter muito cuidado, e os conteúdos transversais eles tem que ser discutidos, aprofundados, porque uma coisa também é certa, não dá para um professor de português trabalhar as questões de educação alimentar e nutricional quando não tem menor noção do que é isso”.

Estudo realizado no estado de São Paulo⁴⁰ analisou a abordagem do tema “alimentação e nutrição” no material didático de escolas públicas. O material didático apresentava temas e atividades a serem trabalhadas; contudo, o uso de textos nos livros apresentou-se muitas vezes desarticulado da realidade local, não resultando em ações transformadoras e efetivas.¹⁰

Recentemente foi aprovada no Brasil a Lei nº 13.666/2018, que estabelece a inclusão da EAN nos currículos do ensino fundamental e médio, nas disciplinas de ciências e biologia. Esta iniciativa sinaliza uma mobilização para a inserção obrigatória da EAN no currículo escolar, cujos resultados poderão subsidiar possíveis mudanças e avanços.⁴¹

As estratégias de EAN ainda estão próximas às lógicas da prevenção, cujas intervenções são orientadas para evitar o surgimento de doenças específicas, base do discurso preventivo e epidemiológico.⁹ Tendo em vista essa reflexão, outra dificuldade assinalada nos discursos explicita a necessidade de uma formação sólida para atuar em EAN.

A gente precisa mais formação em alimentação escolar para os nutricionistas. A gente tem dificuldade em pós-graduação, a gente tem dificuldade muito grande em formação do nutricionista.

Segundo Franco & Boog,⁷ as práticas sobre EAN durante a graduação em Nutrição são restritas muitas vezes aos estágios realizados no último ano do curso. A falta de reflexão sobre os conceitos teóricos pelo nutricionista no momento da prática pode trazer dificuldades para redirecionar os conteúdos trabalhados e sua aplicação no mundo do trabalho. Esta informação pode sustentar a confusão apresentada neste estudo, por parte de alguns nutricionistas, quanto às ações de EAN e suas atribuições no PNAE.

O ensino de EAN nos cursos de graduação em Nutrição ainda necessita transcender para uma abordagem pedagógica que saia da superficialidade e avance para a formação de um profissional generalista e capaz de compreender a socioantropologia da alimentação.⁴²

Os discursos indicam uma falta de apoio, parcerias, recursos financeiros, materiais e/ou estrutura para a realização das ações; além da falta de tempo e número insuficiente de nutricionistas; como entraves para o desenvolvimento das práticas de EAN.

“Alguns entraves burocráticos, falta de carro pra atendimento, né? De repente você tem uma palestra marcada e não tem carro pra ir. Também falta de apoio quando a gente precisa fazer algum curso fora, e aí a gente não pode ir por motivos financeiros, né? Tudo isso aí atrapalha... Não existe material didático... Às vezes eu mesmo tenho que planejar alguma coisa. A gente tem a dificuldade de realmente se ter uma estrutura adequada [...] No município é somente eu, então a gente não tem tempo pra tá realizando atividades assim. A principal dificuldade é a extensão, o tamanho da rede né?. Fora isso também, as outras atribuições né? Então estando sozinha no momento é complicado, mas o máximo que a gente consegue fazer a gente tenta”.

Segundo Vieira et al.,⁴³ as atividades educativas sobre alimentação orgânica nas escolas estão relacionadas com o tempo de contratação e a carga horária de trabalho dos nutricionistas responsáveis técnicos. Deve-se ponderar que as incompatibilidades na execução dessas práticas perpassam por dimensões que vão desde o não alcance dos parâmetros que determinam o número de nutricionistas em proporcionalidade à quantidade de alunos por município,¹⁷ até o excesso de atividades de cunho administrativo, além da desvalorização do profissional por parte dos gestores que sobrepõem a dimensão político-local sobre a dimensão técnico-profissional.⁴⁴

Sendo assim, o nutricionista não pode ser culpabilizado pela baixa efetividade da EAN. Outros desafios também estão imbricados neste processo, como a dificuldade em adaptar a teoria em realidade, a carência de conhecimentos sobre o tema e o desinteresse da comunidade escolar.^{24,25,44}

No presente estudo, a pouca sensibilização da comunidade escolar e o não reconhecimento da alimentação escolar como direito pelos alunos apresentaram-se como dificuldades na realização da EAN na escola.

Uma resistência em algumas escolas em relação a querer abrir isso...pra abraçar a ideia. Ter a disponibilidade de todos os professores, da direção em si, às vezes o próprio alunado. Não é só isso, é fazer o aluno enxergar que a alimentação escolar é um direito que ele tem, que aquela comida é preparada com cuidado e eles não enxergam isso né?

Santos et al.,³⁰ ao desenvolverem uma proposta formativa para coordenadores pedagógicos sobre alimentação e nutrição no ambiente escolar, identificaram que as práticas educativas, ainda que dinâmicas e interativas, necessitam de aperfeiçoamento. A motivação e a sensibilização

desses atores sociais podem ser fragilizadas no cotidiano de trabalho, por falta de uma ação permanente e abrangente.

No que se refere ao (re)conhecimento da alimentação escolar enquanto um direito, parece existir ainda um “ranço” assistencialista no âmbito do PNAE.⁴⁵ Mesmo sabendo que para alguns alunos, sobretudo aqueles com condições socioeconômicas menos favorecidas, a alimentação escolar é a principal ou a única refeição do dia. Por outro lado,⁴⁵ estudo relata a vergonha de alguns alunos em pegar a fila e consumir as preparações servidas pelo programa, por estar associada aos alunos carentes e pobres.³⁶

É preciso desenvolver a cultura do direito, o *habitus* que o institui como parte do cotidiano. Os significados do direito à alimentação adequada são construídos na sociedade e na realidade local, e podem ser potencializados com processos de EAN capazes de ressignificar as ações entre os agentes da escola.¹¹

O presente estudo apresenta limitações, como exclusão dos questionários respondidos pelos gestores do PNAE, justificada pelo fato de algumas informações serem específicas da atuação do nutricionista, podendo os dados fornecidos pelos gestores representar um viés na avaliação das ações de EAN. Este estudo é pioneiro ao investigar a compreensão de nutricionistas da alimentação escolar sobre EAN em todas as macrorregiões brasileiras, por meio entrevistas presenciais.

Considerações finais

O exercício profissional do nutricionista do PNAE nas regiões brasileiras apresenta semelhanças. Se por um lado, quase 90% dos municípios não atende aos parâmetros mínimos de profissionais por alunado, a maioria dos municípios brasileiros pesquisados realiza ações de EAN no âmbito escolar.

As ações de EAN são desenvolvidas principalmente por meio de palestras e com frequência semestral, sendo que a inserção da EAN no projeto político-pedagógico foi referida por menos da metade dos municípios.

Nos discursos, alguns dos fatores que motivam a realização de EAN no ambiente escolar incluem a formação de hábitos alimentares saudáveis, a aceitação da alimentação escolar e o fato de ser uma atribuição do nutricionista. Com relação às dificuldades nesse processo, emergiram questões sobre a falta de tempo, de condições de trabalho e de profissionais; a baixa articulação da EAN no currículo escolar; a formação incipiente para atuar em EAN; a falta de sensibilização da comunidade escolar e o não reconhecimento da alimentação como direito.

Os dados aqui apresentados poderão contribuir para problematizar aspectos relevantes à gestão, com vistas ao avanço dessas práticas junto ao PNAE. Além disso, servem como alerta para o nutricionista transversalizar sua atuação, utilizando novas estratégias que favoreçam a participação,

análise crítica e capacidade criativa; e sua articulação com os diferentes atores sociais nas ações de EAN. Esses dados também podem estimular a comunidade escolar e a equipe pedagógica a despertarem para a importância do projeto político-pedagógico como um instrumento de democratização das atividades sobre nutrição e alimentação. Por fim, suscita junto à esfera acadêmica e científica a necessidade de buscar referenciais teóricos e metodológicos mais consolidados, estimulando uma mudança na estrutura de formação do nutricionista para esse campo.

Este estudo reforça a importância de novas investigações sobre esse tema, uma vez que a EAN representa um vácuo quanto às inúmeras possibilidades como ferramenta de articulação/educação. Sugere-se investigar a EAN sob o olhar de outros profissionais, bem como a formação dos nutricionistas neste campo.

Colaboradores

Almeida GM participou da elaboração do projeto, coleta e análise dos dados, redação e discussão dos resultados, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual e aprovação da versão final do trabalho. Silva SU participou elaboração do projeto, coleta de dados, redação do manuscrito e aprovação final da versão a ser publicada. Soares GB participou da coleta e análise dos dados, redação dos resultados, revisão e aprovação da versão final do trabalho. Gregório NP participou da elaboração do projeto, coleta e análise dos dados, redação dos resultados, revisão e aprovação da versão final do trabalho. Sousa LM participou da elaboração do projeto, análise dos dados, revisão e aprovação da versão final do trabalho. Monego ET participou da elaboração do projeto, supervisão da coleta de dados, análise dos dados, revisão e aprovação da versão final do trabalho.

Conflitos de interesses: As autoras declaram não haver conflito de interesses.

Referências

1. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília: MDS; 2012. 68 p.
2. Brasil. Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Diário Oficial da União. 18 jun. 2013.
3. Brasil. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União. 17 jun. 2009.
4. Brasil. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em: <http://www.fnnde.gov.br/programas/pnae>

5. Peixinho AML. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. *Cienc Saúde Coletiva*. 2013; 18(4):909-916.
6. Ramos FP, Santos LAS, Reis ABC. Educação alimentar e nutricional em escolares uma revisão de literatura. *Cad Saúde Pública*. 2013; 29(11):2147-2161.
7. Boog MCF. Educação nutricional: passado, presente, futuro. *Rev Nutr*. 1997; 10:5-19.
8. Franco AC, Boog MCF. Relação teoria-prática no ensino de educação nutricional. *Rev Nutr*. 2007; 20:643-655.
9. Santos LAS. O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. *Cienc Saúde Coletiva*. 2012; 17(2):435-462.
10. Stolarski MC, Castro D. Caminhos da alimentação escolar no Brasil: análise de uma política pública no período de 2003-2004. *Rev Paranaense Desenvol*. 2007; 113:31-58.
11. Barborsa NVS, Machado NMV, Soares MCV, Pinto ARR. Alimentação na escola e autonomia: desafios e possibilidades. *Cienc Saúde Coletiva*. 2013; 18(5):937-945.
12. Osowski CP, Goranzon H, Fjellstrom C. Theachers interaction with children in the school meal situation: the example of pedagogic meals in Sweden. *J Nutr Educ Behav*. 2013; 45:420-427.
13. Albuquerque AG, Pontes CM, Osorio MM. Knowledge of educators and dieticians on food and nutrition education in the school environment. *Cienc Saúde Coletiva*. 2013; 26:291-300.
14. Flick U. Uma introdução à pesquisa qualitativa. 3 ed. Porto Alegre: Artmed; 2009.
15. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos demográficos. Sinopse do censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE; 2010.
16. Belik W, Chaim NA. O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. *Rev Nutr*. 2009; 22:595-607.
17. Brasil. Conselho Federal de Nutricionistas. Resolução nº 465, de 23 de agosto de 2010. Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. 25 ago. 2010.
18. Moscovici S. Representação social da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar; 1978.
19. Lefreve F, Lefreve AMC. Princípios básicos e conceitos fundamentais do discurso do sujeito coletivo. In: Lefreve F, Lefreve AMC. *Discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)*. Caxias do Sul: Educs; 2005. p. 13-35.
20. Brasil. Lei nº 8.913 de 12 de julho de 1994. Dispõe sobre a municipalização da merenda escolar. *Diário Oficial da União*. 13 jul. 1994.
21. Brasil. Resolução FNDE/CD nº 32 de 10 de agosto de 2006. Estabelece as normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Diário Oficial da União*. 25 ago. 2006.
22. Chaves LG, Santana TCM, Gabriel CG, Vasconcelos FAG. Reflexões sobre a atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil. *Cienc Saúde Coletiva*. 2013; 18(4):917-926.

23. Voos AC. Atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no estado do RS [Especialização]. [Porto Alegre]: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2009.
24. Mello AL, Vidal Júnior PO, Sampaio LR, Santos LAS, Freitas MCS, Fontes GAV. Perfil do nutricionista do Programa Nacional de Alimentação Escolar na Região Nordeste do Brasil. *Rev Nutr.* 2012; 25(1):119-132.
25. Correa RS, Rockett FC, Rocha PB, Silva VL, Oliveira VR. Atuação do Nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar na Região Sul do Brasil. *Cienc Saúde Coletiva.* 2017; 22(2):563-574.
26. Souza AA, Bezerra OMPA, Bonomo E, Silva CAM. Atuação de nutricionistas responsáveis técnicos pela alimentação escolar de municípios de Minas Gerais e Espírito Santo. *Cienc Saúde Coletiva.* 2017; 22(2):593-606.
27. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012. Síntese de indicadores. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE; 2013.
28. Ali Bukhari MS, Lynn Fredericks BA, Judith Wylie-Rosett, RD. Strategies to promote high school students' healthful food choices. *J Nutr Educ Behav.* 2011; 43(5):414-418.
29. Bernardon R, Schmitz BAS, Recine EGL, Rodrigues MLCF, Gabriel CG. School gardens in the Distrito Federal, Brazil. *Rev Nutr.* 2014; 27:205-216.
30. Santos LAS, Carvalho DMM, Reis ABC, Ramos LB, Freitas MCS. Formação de coordenadores pedagógicos em alimentação escolar: um relato de experiência. *Cienc Saúde Coletiva.* 2013; 18:993-1000.
31. Toral N, Slater B. Intervention based exclusively on Stage-Matched printed educational materials regarding healthy eating does not result in changes to adolescents Dietary Behavior. *The Scientific World Journal* [Internet]. 2012; 2012. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13774/1/ARTIGO_InterventionBasedExclusively.pdf
32. Panunzio MFP, Antoniciello A, Pisano A, Dalton S. Nutrition education intervention by teachers may promote fruit and vegetable consumption in Italian students. *Nutrition Research.* 2007; 27:524-528.
33. Somers S, Markwell K. Impact of a school-based food garden on attitudes and identification skills regarding vegetables and fruit: a 12-month intervention trial. *Public Health Nutr.* 2009; 12(2):214-221.
34. Bourdieu P. A economia das trocas simbólicas. Rio de Janeiro: Perspectiva; 1983.
35. Freitas MCS, Pena PGL, Fontes GAV, Silva DO. Hábitos alimentares e os sentidos do comer. In: Diez-Garcia RW, Cervato-Mancuso AM. Mudanças alimentares e educação nutricional. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2011. p. 35-42.
36. Paiva JB, Freitas MCS, Santos LAS. Significados da alimentação escolar segundo alunos atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Cien Saude Coletiva.* 2016; 21(8):2507-2516.
37. Silva CAM, Marques LA, Bonomo E, Bezerra OMPA, Corrêa MS, Passos LSF, et al. O Programa Nacional de Alimentação Escolar sob a ótica dos alunos da rede estadual de Minas Gerais, Brasil. *Cien Saude Coletiva.* 2013; 18(4):963-969.
38. Canine ES, Ribeiro VMB. A prática do nutricionista em escolas municipais do Rio de Janeiro: um espaço-tempo educativo. *Ciênc Educ.* 2007; 13(1):47-70.

39. Juzwiak CR, Castro PM, Batista SHSS. A experiência da Oficina Permanente de Educação Alimentar e em Saúde (OPEAS): formação de profissionais para a promoção da alimentação saudável nas escolas. *Cienc Saúde Coletiva*. 2013; 18(4):1009-1018.
40. Fiore EG, Jobstraibizer GA, Silva CS, Mancuso-Cervato AM. Abordagem dos temas alimentação e nutrição no material didático do Ensino Fundamental: interface com segurança alimentar e nutricional e parâmetros curriculares nacionais. *Saúde Soc*. 2012; 21(4):1063-1074.
41. Brasil. Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. *Diário Oficial da União*. 17 maio 2018.
42. Santos LAS. Educação Alimentar e Nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. *Rev Nutr*. 2005; 18(5):681-692.
43. Vieira TV, Tittoni-Corso AC, González-Chica DA. Organic food-related educational actions developed by dietitians in Brazilian municipal schools. *Rev Nut*. 2014; 27(5):525-535.
44. Scarparo LS, Oliveira VR, Bittencourt JMV, Ruiz ENF, Fernandes PF, Zys JZ, et al. Formação para nutricionistas que atuam no Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma avaliação da efetividade. *Cienc Saúde Coletiva*. 2013; 18(4):1001-1008.
45. Mota CH, Mastroeni SSBS, Mastroeni MF. Consumo da refeição escolar na rede pública municipal de ensino. *Rev Bras Estud Pedagog*. 2013; 94(236):168-184.

Recebido: 08 de agosto de 2018

Revisado: 03 de outubro, 2018

Aceito: 10 de outubro de 2018

